

JORNAL DO JUDICIÁRIO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ / EDIÇÃO Nº 7

OS CAMINHOS DE UM PROCESSO

POR ONDE UMA AÇÃO JUDICIAL PASSA ANTES DE CHEGAR ÀS MÃOS DE UM JUIZ/DESEMBARGADOR PARA JULGAMENTO? RITOS PRECISAM SER OBEDECIDOS PARA AS PARTES TOMAREM CONHECIMENTO DA SENTENÇA. E UM DEPARTAMENTO DA JUSTIÇA É CRUCIAL PARA TUDO ISSO DAR CERTO

Páginas 16 e 17



AEDES AEGYPTI

PROGRAMA APRESENTA OS PERIGOS DA DENGUE, DA ZIKA E DA CHIKUNGUNYA, TRANSMITIDAS PELO MOSQUITO AEDES AEGYPTI, E O MODO DE PREVENI-LAS.

03

5 ANOS DE ÓRGÃO ESPECIAL

COMPOSTO POR 19 DESEMBARGADORES E TENDO IRACEMA VALE COMO PRESIDENTE, O COLEGIADO É PEÇA FUNDAMENTAL PARA DESAFOGAR AS VOTAÇÕES DO TRIBUNAL PLENO.

12

FORTALEZA

FÓRUM COLORIDO

ATÉ DEZEMBRO, UMA VEZ POR MÊS, QUEM PASSA PELO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA PODERÁ APRECIAR – E ADQUIRIR – PRODUTOS ARTESANAIS FEITOS POR PRESOS PARTICIPANTES DE PROJETO DO TJCE. A RENDA VOLTA PARA O APENADO.

15

Expediente

GESTÃO DO JUDICIÁRIO

PRESIDENTE: Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale
VICE-PRESIDENTE: Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes
CORREGEDOR-GERAL: Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva
DIRETOR DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA: Juiz José Maria dos Santos Sales
DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA: Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto

JORNAL DO JUDICIÁRIO
PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO/ EDITORA-GERAL: Sílvia Goes
SUBEDITOR: Bruno de Castro
REDAÇÃO: Ana Carolina de Palhano, Bruno de Castro, Camilla Carneiro, Emanuely Néri, Mariana Galvão, Priscila Teixeira, Rebeca Nolêto, Rodrigo Barros, Rodrigo França, Thyliana Costa e Ulysses Sousa
COLUNISTA: Edson Gomes e Luciberto Forte
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Calvin Penna e Rannjon Mikael
FOTOGRAFIA e BANCO DE IMAGENS: Calvin Penna, Rannjon Mikael, Freepick e Pixabay

 www.tjce.jus.br

 imprensa@tjce.jus.br

 facebook.com/tjceoficial

 twitter.com/tjcenoticias

CONSCIENTES DESDE PEQUENOS



Editorial

Ser transparente é mais do que disponibilizar dados financeiros na Internet. Fazer isso, na verdade, é nada além da obrigação de qualquer gestor público. Transparência é uma prática cotidiana. É expor as planilhas tanto quanto abrir as portas da instituição para receber todas as categorias num diálogo franco. Sem melindres. É isso o que tem acontecido na atual gestão do TJCE. Prova é a criação de uma comissão para debater permanentemente com servidores e magistrados pautas de todos os setores. É também o chamamento feito pela presidente Iracema Vale e secretários do Tribunal para apresentar, sem qualquer receio, a real situação econômica do Judiciário diante da crise nacional. É ainda fortalecer um setor primordial para a tramitação dos processos como é o departamento de Distribuição, que por mês encaminha cerca de 11 mil causas só na sede do TJCE e no Fórum Clóvis Beviláqua. Os desdobramentos dessas três ações você conhece nesta edição do “Jornal do Judiciário”, que enaltece ainda a necessidade de termos crianças conscientes dos riscos da proliferação do *Aedes aegypti*, o mosquito transmissor da dengue, da zika e da chikungunya. Só Fortaleza já notificou 22 mil casos de dengue, a mais comum das três doenças, no primeiro semestre deste ano. Por isso, quanto mais cedo formos educados a combater o inseto, melhor. Nós também apresentamos a você, leitor, os principais momentos do 107º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça, ocorrido em Fortaleza, a capacitação dos juízes recém-empossados, as homenagens recebidas por magistrados cearenses no último mês, a feira que colore o Fórum da capital uma vez por mês, a maior agilidade que existirá daqui pra frente no cumprimento de mandados e o aniversário de cinco anos do Órgão Especial do TJCE. Há muito o que ler. E a gente deseja que você faça um bom passeio pelos fatos mais marcantes do Judiciário, esse poder tão fundamental para a nossa democracia.

Sílvia Goes
Assessora de Comunicação
do TJCE

Diante da proliferação do mosquito transmissor da dengue, zika e chikungunya, toda forma de combate ao *Aedes aegypti* é válida. Se a guerra ao mosquito começar desde os primeiros anos com um intenso trabalho de conscientização, melhor ainda.

Por isso, as crianças da Creche Escola do Poder Judiciário foram envolvidas nessa força-tarefa. Elas apresentaram em junho o projeto “Xô, Mosquito! Diga adeus e vá embora!”. Abordaram as formas de prevenir a reprodução do mosquito e o perigo das doenças transmitidas pelo inseto. A dengue é a mais comum delas.

Só no primeiro semestre deste ano, mais de 60 mil casos de dengue foram notificados pela Secretaria Estadual da Saúde (Sesa) no Ceará. Mais de 40 mil são considerados prováveis e outros 16,3 mil foram confirmados. Oito pessoas morreram em decorrência da doença em 2016. Foram 21 no mesmo período de 2015.

As crianças da Creche foram apresentadas a materiais informativos, repelentes de fabricação caseira e maquetes de ambientes que contribuem para o surgimento do mosquito. Segundo a diretora da Creche, Mônica Cruz, o objetivo dessa e de várias outras iniciativas similares durante o semestre foi conscientizar as crianças sobre “o seu papel social como cidadãos responsáveis e participativos, valorizando suas ações como contribuição para a vida das pessoas na sociedade.”

A educadora explica que todo semestre a instituição realiza projetos para complementar as atividades desenvolvidas em sala de aula, sempre com temas atuais e relevantes. Para o juiz da 1ª Vara Criminal de Maracanaú e pai da Marcela, Jurandir Porto, a iniciativa é importante porque “conscientiza as crianças sobre essas endemias, que estão ligadas à educação sobre saúde e à prevenção contra esses mosquitos que podem trazer doenças.”

Servidor do Fórum Clóvis Beviláqua, Alessandro Sobral é pai do André e destaca que todos os anos as crianças têm algum assunto novo para ensinar. “Estão sempre atentas e quando estão em casa passam isso pra gente”, diz.

A Creche beneficia 110 crianças, dependentes de servidores e magistrados. A faixa etária dos alunos é de um ano e oito meses a cinco anos.

SAIBA MAIS

Cidades cearenses onde a dengue matou pacientes neste ano (até o dia 24 de junho): Fortaleza (4), Catarina (1), Icó (1), Aracati (1) e Fortim (1).

Os sintomas de dengue, zika e chikungunya são muito parecidos. Por isso, é preciso procurar um médico assim que o primeiro deles aparecer. Fique atento para: febre, dor muscular, dor de cabeça, dor nos olhos, falta de ar, indisposição, manchas na pele, hemorragias, dor nas articulações, olhos avermelhados e coceira.

O tratamento é o mesmo para as três doenças: repouso e muita ingestão de líquido. Qualquer medicamento para aliviar dores só deve ser ingerido após recomendação médica. Não há vacina nem para dengue nem para zika nem para chikungunya.

De Acordo!

Luciberto Forte
Jornalista



lucibertofo@tjce.jus.br

REGIMENTO INTERNO

O Pleno do TJCE aprovou, no último dia 30/6, à unanimidade e na Presidência da desembargadora Iracema Vale, o novo Regimento Interno do Judiciário. Entre outros tópicos, transformou a 8ª Câmara Cível em 3ª Câmara Criminal. Trata-se de uma data importante, pois o Regimento hoje vigente foi aprovado na Presidência da desembargadora Águeda Passos, em 1999. Iracema e Águeda são as duas únicas mulheres presidentes do TJ nos 142 anos da Corte. O novo Regimento entra em vigor na data de sua publicação no Diário da Justiça.

DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

Pelo novo dispositivo, a Primeira, a Segunda, a Terceira e a Quarta Câmaras Cíveis Isoladas passam a ser a Primeira, a Segunda, a Terceira e a Quarta Câmaras de Direito Privado. A Quinta, a Sexta e a Sétima Câmaras Cíveis Isoladas passam a ser a Primeira, a Segunda e a Terceira Câmaras de Direito Público. As Câmaras Cíveis Reunidas passam a formar a Seção de Direito Público e a Seção de Direito Privado. As três Câmaras Criminais Reunidas passam a formar a Seção Criminal. Os princípios que regem a igualdade e a liberdade agradecem.

OITAVA CÍVEL 1

Instalada em 31/5/2011, a 8ª Câmara Cível do TJ foi criada na gestão do desembargador Emani Barreira. O colegiado é decorrente da Lei Estadual nº 14.407, de 15/7/2009, sancionada pelo governador Cid Gomes, que incluiu no Código de Divisão e Organização Judiciária o artigo 513-F, instituindo mais 16 vagas para o cargo de desembargador.

JULGAMENTOS

A primeira sessão da 8ª Câmara aconteceu em 9/6/2011, sob a presidência do desembargador Francisco Lincoln. Desde então até 28 de junho de 2016, realizou 242 sessões ordinárias e julgou 8.909 processos. A última sessão será realizada em 2/8/2016. Os atuais membros integrarão a 3ª Câmara Criminal, presidida pelo desembargador Darival Beserra.

VOTO PROVISÓRIO

Moderna ferramenta implantada em duas Câmaras Cíveis do TJ (3ª e 8ª), o voto provisório registra evoluções nos julgamentos colegiados da 3ª Câmara Cível, presidida pelo desembargador Abelardo Benevides. O número de processos julgados passou de 801, no primeiro semestre de 2014, para 1.135, ao final de junho de 2016, representando incremento de 41,69%.

MAIS AGILIDADE



Implantação em definitivo do Módulo de Mandados agilizará serviços no Fórum Clóvis Beviláqua. Medida segue um calendário que inicia em 1º de julho

Maior estrutura judicial de Primeiro Grau do Ceará, o Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, começará a viver uma nova realidade tão logo julho inicie. É que o Módulo de Mandados passará a funcionar em caráter definitivo por determinação do diretor da unidade, juiz José Maria dos Santos Sales. A medida consta na Portaria nº 507/2016.

Isso significa dizer que as secretarias judiciárias serão descongestionadas porque deixarão de realizar tarefas como impressão, cadastro, digitalização, etiquetagem e entrega de mandados à Coordenadoria de Cumprimento de Mandados (Coman). Já os oficiais de justiça poderão receber e devolver mandados eletronicamente até pelo computador pessoal de casa. Também poderão certificá-los pelo Sistema de Automação da Justiça (SAJ) sem ter que digitalizar certidões.

A implementação da ferramenta obedece a um cronograma. As Varas e Juizados Especiais da Fazenda Pública (1ª à 15ª) serão os primeiros contemplados. Passam ao novo regime já em 1º de julho.

Virão em seguida as Varas de Família (1ª à 18ª). Elas poderão utilizar o Módulo de Mandados de forma efetiva a partir de 1º de agosto. Já as Varas de Execuções Penais (1ª à 3ª) terão a ferramenta em definitivo no dia 1º de setembro.

Cabe às secretarias judiciárias emitir os mandados determinados pelos magistrados da sua respectiva especialidade. A Coman de Fortaleza terá a responsabilidade de recepcionar os mandados por meio eletrônico, após a assinatura da ordem judicial pelo juiz ou diretor, procedendo com a devida distribuição eletrônica ao oficial de justiça.

Além disso, fica proibido à Coman exigir ou recepcionar mandados das varas em questão sem se basear nos procedimentos estabelecidos no novo módulo. Salvo em casos de urgência, quando o sistema encontrar-se inoperante.

O Departamento de Informática do Fórum vai ofertar treinamento aos oficiais de justiça e demais servidores com atribuições direta ou indiretamente vinculadas ao trâmite de mandados.



José Maria dos Santos Sales
Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua



PRESIDENTE IRACEMA VALE APRESENTA MAIS UMA VEZ A MAGISTRADOS E SERVIDORES A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO TRIBUNAL. O MOMENTO REQUER UNIÃO E CAUTELA, DIANTE DA DELICADEZA ECONÔMICA ENFRENTADA POR TODAS AS ESFERAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Mais uma ação de transparência de gestão aconteceu no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE). A presidente da Corte, desembargadora Iracema Vale, promoveu uma nova rodada de apresentações sobre a situação financeira do Judiciário cearense.

Em um ano e quatro meses de mandato como chefe do Judiciário cearense, essa foi a segunda vez em que Iracema Vale e secretários do TJCE expuseram a situação financeira da instituição a magistrados e servidores. A primeira ocorreu no fim de 2015.

A presidente ressaltou a importância de compartilhar dificuldades com os demais colaboradores da Justiça. “Acredito que cada um de vocês precisa saber e participar das decisões tomadas para melhor funcionamento do Tribunal”, ressaltou.

Iracema Vale lembrou ainda a posse de 76 juízes, ocorrida em fevereiro mesmo com as adversidades enfrentadas. Foi a maior posse da história do Tribunal. E todos os magistrados designados a cidades de pequeno porte. “Foi uma grande conquista; amparou o Interior judicialmente”, resumiu.

O secretário de Finanças do TJCE, Alex Araújo, apresentou números do Judiciário de 2015 e as projeções para o fim de 2016. Ele afirmou que é imprescindível que todos entendam os caminhos a seguir e os desafios para o futuro. “Estamos criando um plano de investimento a

longo prazo. E procurando soluções para questões mais emergenciais. Dividir com os juízes é importante porque podemos encontrar alternativas, outras possibilidades de soluções de problemas”, afirmou.

Titular da 16ª Vara de Família de Fortaleza, o juiz Cléber de Castro Cruz parabenizou a gestão da desembargadora Iracema pela transparência e por sempre buscar ouvir sugestões e ter esse contato mais próximo com magistrados e servidores. “Nós sabemos que a pressão da sociedade por resultados é grande. Por isso a importância de dialogar com todos os segmentos do Judiciário.”

Já o juiz titular da 1ª Vara de Execução Penal de Fortaleza, Luiz Bessa Neto, classificou os encontros como fundamentais para a convergência de interesses institucionais e políticos do TJCE, já que resolver a limitação financeira da Justiça é algo que passa pelo diálogo com outros poderes.

“Porque é na condução política que a desembargadora Iracema vai ter a força necessária para superar o momento. E nessa reunião ela está recebendo essa força para que mostre ao governador que o Judiciário não pode mais permanecer nessa fragilidade orçamentária. O passo mais importante na busca dessa resolução seria uma revisão no percentual orçamentário destinado ao TJCE”, sugeriu.



MULTIMÍDIA

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DO TJCE PODEM SER OBTIDAS EM

[HTTP://WWW.TJCE.JUS.BR/TRANSPARENCIA/](http://www.tjce.jus.br/transparencia/)



EVENTO CAPITANEADO PELO TJCE REÚNE MAGISTRADOS DE TODO O PAÍS EM PROL DE UMA CAUSA: APERFEIÇOAR OS SERVIÇOS DO JUDICIÁRIO. PARA ISSO, UM DOCUMENTO CHAMADO “CARTA DE FORTALEZA” FOI ELABORADO

Após dois dias de intensas atividades na capital cearense, presidentes de Tribunais de Justiça de todo o Brasil elaboraram um documento que pode melhorar muito a atuação dos Judiciários Estaduais. Trata-se da Carta de Fortaleza, que concentra seis propostas e decisões dos magistrados.

Metade dessas sugestões/deliberações concentram-se nos temas “custódia de depósitos judiciais” e “precatórios”. As demais referem-se a parcerias com a Polícia Federal e Tribu-

nal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), e a criação de uma rede colaborativa de boas práticas entre as Cortes.

Vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Cármen Lúcia classificou o atual momento do Judiciário brasileiro como “de reflexão”. “E de propostas de ideias para, diante da realidade do País, a gente ter uma noção exata do que precisamos fazer, quais medidas devem ser adotadas e fazermos uma correção de rumos de medidas judiciais para termos melhoria do serviço”, pontuou.



A magistrada comentou o papel da Justiça no contexto histórico brasileiro atual. “Os problemas éticos, morais e de desonestidade, com toda certeza, têm atingido muito menos o Poder Judiciário. Por isso, ele passou a refletir para a sociedade uma confiabilidade muito maior”, avaliou a magistrada.

Para a presidente do TJCE, desembargadora Iracema Vale, o encontro foi fundamental porque possibilitou “trocar experiências sobre problemas que estão acontecendo em todos os tribunais”. Demandas essas compartilhadas durante palestras sobre a permuta entre magistrados, mediação à distância, políticas judiciais de conciliação, competência para julgar reclamações envolvendo juizados especiais e resoluções do

Conselho Nacional de Justiça.

“Nós discutimos o papel desempenhado pela Justiça na sociedade brasileira. O momento é de união porque muitas das dificuldades vividas aqui são as mesmas de colegas de outros tribunais. Quanto mais nos aproximarmos e trocarmos propostas, mais possibilidade tem o Judiciário de melhorar”, sintetizou Iracema Vale.

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e do Conselho dos Tribunais de Justiça (CTJ), desembargador Pedro Bitencourt, lembrou que 80% dos atuais 100 milhões de processos em tramitação no Brasil estão nas Justiças Estaduais. “Por isso é tão importante conversarmos sobre gestão, governança, práticas judiciárias... Num encontro como esse, nós trocamos impressões e copiamos boas práticas.”

Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João Otávio Noronha defendeu uma maior modernização do Judiciário brasileiro. “Nós precisamos melhorar as técnicas de julgamento. Temos que trabalhar com planejamento estratégico em todas as instâncias. Nós vivemos um momento de revolução e temos que nos encontrar e nos redescobrir.”



“

▲ OS PROBLEMAS ÉTICOS, MORAIS E DE DESONESTIDADE, COM TODA CERTEZA, TÊM ATINGIDO MUITO MENOS O PODER JUDICIÁRIO. POR ISSO, ELE PASSOU A REFLETIR PARA A SOCIEDADE UMA CONFIABILIDADE MUITO MAIOR.

Ministra Cármen Lúcia



“

▲ O MOMENTO É DE UNIÃO PORQUE MUITAS DAS DIFICULDADES VIVIDAS AQUI SÃO AS MESMAS DE COLEGAS DE OUTROS TRIBUNAIS. QUANTO MAIS NOS APROXIMARMOS E TROCARMOS PROPOSTAS, MAIS POSSIBILIDADE TEM O JUDICIÁRIO DE MELHORAR.

Desembargadora Iracema Vale



A Carta de Fortaleza

Custódia de depósitos judiciais

- Tribunais podem contratar instituição financeira sem cláusula de exclusividade
- Criação de programa de gestão estratégica para unidades judiciárias de Primeiro Grau

Precatórios

- Reprovação à PEC 159/2015, que dispõe da utilização de parcela dos depósitos judiciais e administrativos pelos executivos

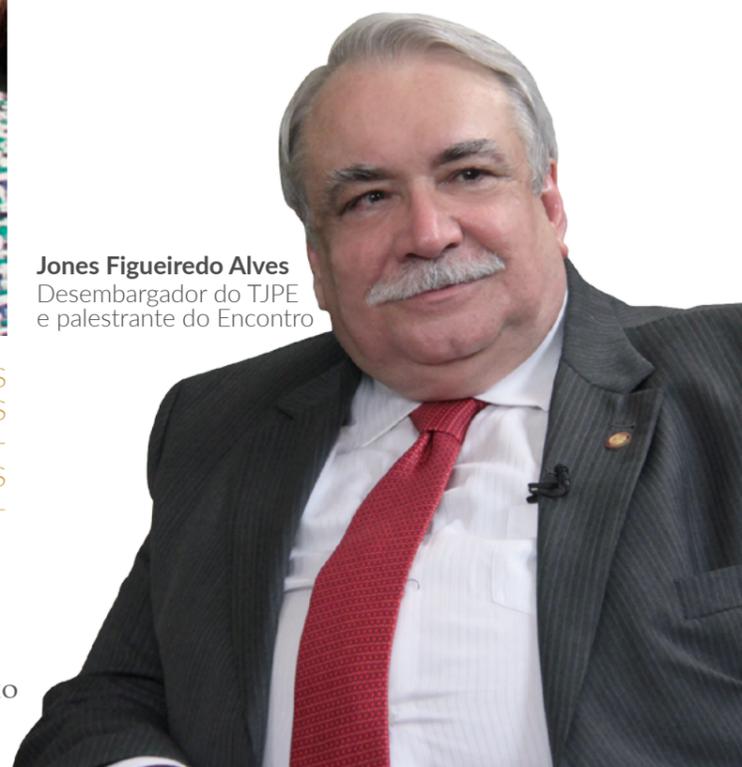
Demais temas

- Celebração de Termo de Cooperação Técnica para acesso ao Sistema Eletrônico de Informação (SEI) do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4)
- Criação de rede colaborativa de boas práticas entre os tribunais
- Cooperação com a Polícia Federal para acesso ao sistema nacional de informações criminais



Augusto de Brito Nobre

Desembargador do TJPE



Jones Figueiredo Alves
Desembargador do TJPE
e palestrante do Encontro

UM MÊS DE HOMENAGENS



QUATRO MAGISTRADOS CEARENSES RECEBERAM ALGUMAS DAS MAIS IMPORTANTES HOMENAGENS DO PODER PÚBLICO. UM RECONHECIMENTO AOS SERVIÇOS PRESTADOS AO JUDICIÁRIO E À POPULAÇÃO

As últimas semanas foram marcadas por homenagens a magistrados cearenses. A presidente do TJCE, desembargadora Iracema Vale, os desembargadores Raimundo Nonato Silva Santos e Teodoro Silva Santos e o juiz Carlos Henrique Garcia de Oliveira tiveram seus trabalhos reconhecidos por outros poderes.

Iracema Vale recebeu duas comendas importantes: a Medalha do Mérito de Justiça e Disciplina, concedida pela Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário do Estado do Ceará (CGD), e a Medalha do Mérito Municipal, entregue pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará (TCM).

A honraria da CGD foi entregue durante solenidade comemorativa aos cinco anos de criação do órgão, no Palácio da Abolição, sede do Governo do Estado. “Sinto-me honrada com a homenagem e agradecida pelo reconhecimento, principalmente vindo de uma pessoa tão capacitada e sensível como minha amiga Socorro França, com quem trabalhei por muitos anos no Ministério Público”, reconheceu a magistrada.

Chefe da CGD e ex-procuradora geral do Ceará, Socorro França justificou a entrega da Medalha destacando o trabalho de Iracema Vale à frente do Judiciário. “Além de toda a trajetória de uma mulher honrada, guerreira, que realmente trabalha, venho agradecer toda a parceria firmada através de nossos convênios. Ela vem nos acolhendo nos fóruns do Interior, sediando nossos núcleos. Tenho uma admiração muito profunda por ela.”

Já a Medalha do Mérito Municipal Governador Raul Barbosa foi entregue no Plenário do TCM, cujo presidente, o conselheiro Francisco Aguiar, explicou a escolha de Iracema Vale como uma das homenageadas. O nome da magistrada foi unânime entre todos os conselheiros. “Por sua altivez e competência e por seguir firme na aplicação das leis e na gestão do Tribunal.”

A Medalha é a maior comenda oferecida pelo TCM. Ela é entregue somente a personalidades cearenses que têm contribuído para o desenvolvimento socioeconômico do Estado. “Acredito que o maior agradecimento não é aquele que se



Desembargadora Iracema Vale ao lado do governador Camilo Santana e da corregedora Socorro França

manifesta por meio de palavras, mas sim aquele que se percebe a partir de atitudes comprometidas com a administração pública e de práticas que reflitam retidão de conduta e caráter, sem se desviar do propósito de perseverar na construção de alicerces seguros e indispensáveis à formação de um mundo melhor. Fazer bem é obrigação cidadã”, agradeceu Iracema Vale.

NA CÂMARA MUNICIPAL

Além da presidente do TJCE, os desembargadores e irmãos Raimundo Nonato Silva Santos e Teodoro Silva Santos, e o juiz Carlos Henrique Garcia de Oliveira foram homenageados. Eles receberam a medalha Boticário Ferreira.

Trata-se da mais alta comenda da Câmara Municipal de Fortaleza, concedida em reconhecimento ao profissionalismo e competência no exercício da magistratura, bem como pelos relevantes serviços de justiça prestados à sociedade.

Teodoro Silva declarou: “sendo eu, na condição de magistrado, reconhecido pelo Poder Legislativo, representante do povo, esse reconhecimento é também à prestação jurisdicional e ao próprio Judiciário. Estou feliz em ser homenageado.”

Já Raimundo Nonato disse ter o sentimento de dever cumprido. “Esse é o reconhecimento pelo que nós, eu e meu irmão, nos empenhamos em prol da sociedade cearense. Sinto-me honrado, agradecido.”

O juiz Carlos Henrique atribui a homenagem ao trabalho desenvolvido ao longo de anos de magistratura, “em especial aos Juizados Especiais. Em virtude de procurarmos cada vez mais adotar os métodos adequados para conseguir êxito na solução de conflitos.”

Síntese

Edson Gomes
Jornalista

edsongomes@tjce.jus.br

VIDEOCONFERÊNCIA

Está em fase de estudos o projeto de videoconferência que permitirá aos juizes de Fortaleza realizar audiências por meio de vídeo. Grupo de trabalho instituído pelo TJCE deverá, até o fim de agosto, providenciar questões técnicas visando a implantação da iniciativa. A medida vai agilizar os serviços porque evita o descolamento de presos ao Fórum, promove economia de recursos e garante maior segurança aos servidores, magistrados e jurisdicionados.

REFORÇO

Preenchidas todas as 27 vagas de juiz auxiliar de Fortaleza. A última a ser empossada, em 24 de junho, foi a juíza Carla Susiany Alves de Moura. Todos estão ajudando os 162 magistrados titulares da Comarca da Capital na produção de sentenças, despachos, decisões interlocutórias e realização de audiências. A expectativa, segundo o diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, juiz José Maria, é de que “possamos dar maior celeridade na prestação jurisdicional.”

EXEMPLO DE SUPERAÇÃO

Monique Abud de Araújo, 29 anos, surda, é exemplo de força de vontade e superação. Ela trabalha oito horas no Departamento de Serviços Judiciais de Apoio do TJCE e, mesmo assim, já fez o terceiro e o segundo semestres, respectivamente, dos cursos de Direito e Design, ambos da Faculdade Estácio. “Gosto muito dos cursos, mas vou optar por concluir Direito porque pretendo fazer concursos no futuro”, diz a jovem que ama ler. Ao todo, 13 surdos trabalham no Departamento digitalizando processos.

PAI PRESENTE II

Vem aí o II Mutirão do Pai Presente da Capital, que acontecerá de 18 a 22 e de 25 a 29 de julho, na Sala de Audiências do Fórum, no horário de 8h às 17h. Desta vez, a novidade fica por conta de equipe do Laboratório Central, que estará no local para fazer gratuitamente exames de DNA dos interessados. O primeiro mutirão ocorreu em maio e obteve 87 reconhecimentos voluntários de paternidade, além de agendar 197 audiências de conciliação.

“Temos de nos tornar a mudança que queremos ver.”

Mahatma Gandhi

HÁ CINCO ANOS...

Desde 2011, o TJCE conta com um grupo de desembargadores que presta um serviço fundamental ao andamento dos trabalhos do Pleno. Quase 200 sessões já aconteceram nesse intervalo

Composto por 19 desembargadores, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) completou cinco anos de atuação no último dia 20 de junho. Realizou desde então 191 sessões, sendo 189 delas ordinárias e duas extraordinárias, conforme levantamento da Secretaria Geral do Judiciário.

O Órgão reúne-se às quintas-feiras, sempre a partir das 13h30min. As deliberações são feitas no plenário do Palácio da Justiça, sede do TJCE. Das 191 sessões ocorridas até agora, 24 aconteceram em 2011; 44 em 2012; 42 em 2013; 30 em 2014; 33 em 2015; e 18 em 2016, até o dia 23 de junho.

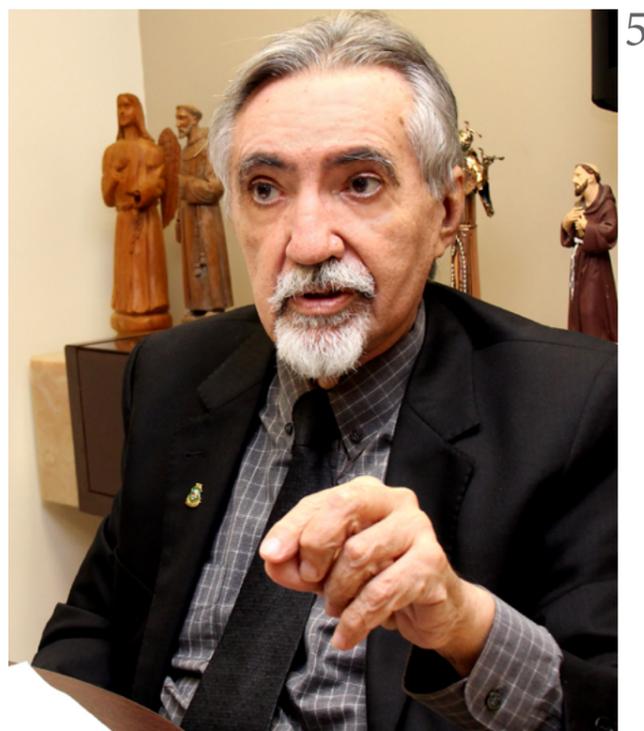
Vice-presidente do TJCE, o desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes já presidiu diversas sessões do Órgão. "A criação do Órgão Especial desafogou o Pleno (colegiado do qual fazem parte todos os 43 desembargadores e que também reúne-se às quintas-feiras). O Órgão passou a ter a competência exclusiva das ações originárias e dos recursos dela decorrentes", explica o magistrado.

O Órgão foi criado pelo Assento Regimental nº 36/2011, aprovado pelo Tribunal Pleno em 5 de maio de 2011 para agilizar processos administrativos e judiciais, tais como embargos declaratórios, habeas corpus, ações diretas de inconstitucionalidade e homologação de concursos para provimento de cargos na Justiça estadual.

Além disso, o Órgão também tem competência para dar posse a juizes substitutos, organizar e rever, anualmente, a lista de antiguidade dos magistrados, decidir sobre remoção e permuta de magistrados e organizar lista triplíce dos juizes para fins de promoção por merecimento, entre outras atribuições. Julga ainda o vice-governador do Ceará, deputados e juizes estaduais, membros do Ministério Público e outras autoridades.

"A criação do Órgão Especial **desafogou** o Pleno"

Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Vice-Presidente do TJCE



VOCÊ SABIA?

Dos 19 membros do Órgão Especial, dez são definidos por antiguidade e nove são eleitos por votação secreta.

O colegiado foi oficialmente instalado em 20 de junho de 2011, sendo a primeira sessão realizada em 30 de junho de 2011, pelo então presidente do TJCE, desembargador José Arísio Lopes da Costa.

A instalação do Órgão decorreu do aumento da composição do Tribunal, que passou de 27 para 43 desembargadores. O objetivo foi dar maior celeridade ao cumprimento de algumas atribuições e competências até então reservadas ao Tribunal Pleno.

A COMPOSIÇÃO

1		19	
	1. Iracema Vale - presidente		
	2. Fernando Ximenes		
	3. Luiz Gerardo de Pontes Brígido		
	4. Abelardo Benevides		
	5. Filgueira Mendes		
	6. Francisco Lincoln Araújo e Silva		
	7. Nailde Pinheiro		
	8. Haroldo Máximo		
	9. Francisco Pedrosa Teixeira		
	10. Francisco Barbosa Filho		
	11. Durval Aires Filho		
	12. Gladyson Pontes		
	13. Washington Luis Bezerra de Araújo		
	14. Maria Iraneide Moura Silva		
	15. Lisete Gadelha		
	16. Raimundo Nonato Silva Santos		
	17. Mário Parente		
	18. José Tarcílio Souza da Silva		
	19. Maria de Fátima de Melo Loureiro		

PARA FICAR BEM INFORMADO

O **TJCE está estreitando** cada vez mais os laços com os magistrados que ingressaram no Judiciário em fevereiro último. Eles agora passaram por capacitação quanto a índices do CNJ e taxa de congestionamento processual

Recém-chegados ao Judiciário cearense, os 76 juízes empossados para cidades de pequeno porte estão em contato direto com a gestão do TJCE. Nas últimas semanas, eles receberam orientações da Corregedoria Geral da Justiça e da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplog) do TJCE quanto às metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e taxa de congestionamento.

A capacitação ocorreu no Palácio da Justiça, sede do Tribunal. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, destacou “a necessidade de orientar os novos magistrados e promover uma aproximação da Corregedoria com aqueles que ingressaram recentemente.”

Os magistrados assistiram a palestras sobre o Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento do TJCE. A ferramenta permite a extração de dados referentes a processos pendentes e baixados nos sistemas processuais, além de disponibilizar, periodicamente, relatórios individualizados por unidade.

Foram informados também das oito metas do CNJ para 2016 e sobre como é feito o acompanhamento dos índices por parte do Tribunal de Justiça. Além disso, discutiram as propostas de metas do Conselho para 2017, entre as quais estão a virtualização de todas as unidades de Juizados Especiais e a redução do índice de extinção da punibilidade pela prescrição.

Juiz da Vara Única de Aratuba, Pedro Augusto Dias ressaltou a importância do encontro. “Esse contato foi bem produtivo porque promoveu uma aproximação em relação aos novos juízes, além das orientações e esclarecimentos que foram passados”, resumiu.

Para o juiz da Vara Única de Frecheirinha, Bruno dos Anjos, a reunião foi “proveitosa”. Ele acredita que a iniciativa possibilita aos magistrados conhecerem melhor a estrutura do Judiciário e, conseqüentemente, melhorarem o serviço.



É importante **orientar os novos magistrados** e promover uma **aproximação da Corregedoria** com aqueles que ingressaram recentemente

Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Corregedor-geral da Justiça

SOBRE COLORIR A Justiça

PRODUTOS FEITOS POR PRESOS OU RECÉM-SAÍDOS DO SISTEMA PRISIONAL SÃO EXPOSTOS UMA VEZ AO MÊS. A RENDA VOLTA PARA O ARTESÃO

Quem passar pelo Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, até o fim do ano pode encontrar um pátio central diferente. É que uma vez por mês produtos artesanais criados por reeducandos atendidos pelo projeto Fábrica Escola, idealizado pelas 2ª e 3ª Varas de Execução Penal e realizado pela Fundação Deusmar Queirós, são expostos no prédio.

Bolsas de palha, vassouras feitas de garrafa pet, cabaças modeladas, brinquedos de tecido e outros produtos ficam disponíveis à venda das 8 horas às 17 horas. A feira acontece sempre na segunda semana do mês.

“Esse trabalho é fundamental. Nós tiramos essas pessoas do presídio e colocamos aqui dentro [do projeto Fábrica Escola]. Nós conseguimos o não retorno deles à delinquência. Graças ao nosso esforço, à metodologia aplicada, nós conseguimos um índice de reincidência em torno de 5%. É uma experiência fantástica”, conta o diretor-executivo do projeto, Vicente Pereira.



O Fábrica Escola é voltado à ressocialização de apenados e recém-saídos de presídios desde abril de 2013. Já beneficiou mais de 150 reeducandos desde então. Atualmente, 30 participam das atividades. A iniciativa se estende ainda às famílias dos apenados, que participam de oficinas de capacitação profissional, além de acompanhamento psicossocial.

Penalizada a 37 anos de prisão, Luci Rufino de Sousa, 39, é prova do sucesso da ação. Ela já cumpriu oito anos da pena em regime fechado e há um ano e dois meses conseguiu progressão de regime para o semiaberto. Foi direto da prisão para as máquinas de costura da Fábrica Escola.

Em dois meses de trabalho, foi admitida como funcionária da Fundação Deusmar Queirós e hoje é instrutora do setor de costura. Trabalha de segunda a sexta, com carteira assinada, e aos sábados e domingos frequenta a escola - também como parte da pena a cumprir.

Para Luci, a oferta de trabalho e estudo pode, sim, ser a solução para saída definitiva de apenados da criminalidade. “Para quem quer, dá certo. Hoje eu aprendi a dar valor à liberdade, à vida e ao trabalho. Eu nunca tinha tido um trabalho, ainda mais de carteira assinada. Hoje eu ando na rua sem ter que me esconder”, orgulha-se.

O QUE É A FÁBRICA ESCOLA?

É um programa fruto de parceria do Judiciário, por meio das Varas de Execução Penal, com Ministério Público, Defensoria Pública, Universidade Estadual do Ceará (Uece), Associação Cearense de Magistrados (ACM), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Fundação Deusmar Queirós, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Ceará (OAB/CE), Sesc e outras instituições públicas e privadas. Dedicar-se a ressocializar detentos dos regimes semiaberto e aberto, egressos do sistema prisional do Estado e familiares.



ONDE TUDO ACONTECE

VOCÊ JÁ PAROU PRA PENSAR NO QUE ACONTECE COM UM PROCESSO DEPOIS QUE VOCÊ DÁ ENTRADA NELE? QUAL CAMINHO A AÇÃO PERCORRE ATÉ SER JULGADA? O **JORNAL DO JUDICIÁRIO** EXPLICA

Pouca gente sabe, mas os processos são submetidos a algumas medidas administrativas antes de serem julgados por juízes e desembargadores. É um departamento em especial tem função definitiva para tudo correr bem e de forma transparente: o setor de Distribuição, que só no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) e no Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, encaminha por dia cerca de 540 causas para os magistrados. Uma média de 11 mil por mês (considerados apenas os dias úteis).

Todo processo passa por uma análise criteriosa e toda a tramitação dele pode ser acompanhada pela Internet. Após protocolado e enviado à fila de distribuição, os seguintes aspectos são verificados: o cadastro feito pelo advogado por meio do petição eletrônico, os nomes das partes e a competência a que será dirigida a ação (ou seja: para área cível, criminal, da família, da infância etc).

Outra importante verificação é se há outro processo com o nome das partes correndo na Justiça relacionado ao documento a ser distribuído. Isso acontece tanto no Primeiro Grau, quando as causas vão para juízes, quanto no Segundo Grau, quando vão para desembargadores.

Após conferidos os dados, o processo é distribuído de duas maneiras: por prevenção, no caso de já existir uma ação prévia relacionada em uma vara ou gabinete, ou por sorteio eletrônico, nos demais casos. Quando há urgência no julgamento da causa, é preciso que o advogado (ou uma das partes) informe à Distribuição.

Essa notificação é submetida a análise, que definirá se o processo realmente tramitará em regime de urgência. Isso é o que acontece no trâmite básico. Porém, existem recursos que podem modificar a forma como os processos chegam aos juízes e desembargadores.

Há recursos internos tanto no Primeiro quanto no Segundo Grau que são utilizados para pedir a mudança de uma decisão da mesma instância sobre o mesmo processo. Os recursos mais solicitados são o agravo interno, o agravo regimental e os embargos de declaração. Depois de proposto o recurso, o processo volta à fila de distribuição para nova revisão no cadastro das partes. Ele é, então, encaminhado a novo julgamento.

■ PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS

Os setores de distribuição do Primeiro e Segundo graus são independentes; possuem departamentos próprios.

No Primeiro Grau de Fortaleza, o maior do tipo no Ceará, o setor é integrado ao Departamento Judiciário do Fórum e possui 71 servidores. Desses, 18 distribuem processos da área cível, 13 da criminal e 15 lidam com a distribuição da infância e juventude. Outros 25 são surdos que também colaboram na digitalização de documentos.

Já no TJCE, o setor funciona com 32 servidores. Ao contrário do setor do Fórum Clóvis Beviláqua, em que existe a divisão por competências, todos os servidores ajudam na distribuição das áreas cíveis e criminais.

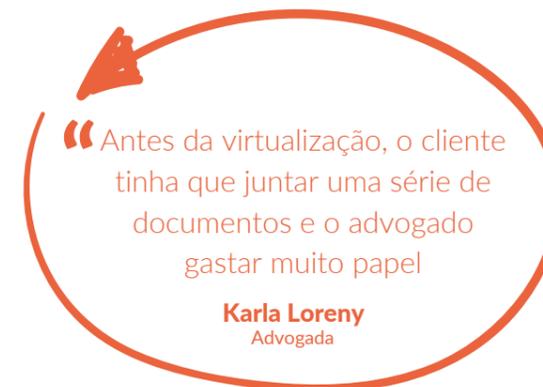


Para chegar ao Setor de Distribuição, o processo nasce no petição eletrônico. Por meio da Resolução nº 11/2010, o TJCE instituiu o Sistema Eletrônico de Tramitação de Processos Judiciais, de Comunicação de Atos e de Tramitação de Peças Processuais. Ele disciplina o procedimento de recebimento de petições e documentos apresentados, exclusivamente por meio eletrônico, pelo Portal e-SAJ.

Segundo consta na Resolução, o cadastro e o registro das petições iniciais e intermediárias relativas às ações originárias e a recursos de competência do TJCE e apresentadas por meio do e-SAJ não estavam sendo devidamente preenchidos pelos operadores. Isso causava inconsistências nos dados do sistema, assim como impossibilitava a identificação do processo ao qual se destinava o petição, acarretando diversos pedidos de cancelamento do respectivo registro. Com isso, o objetivo do petição foi promover maior celeridade ao trâmite processual, além de possibilitar comodidade aos advogados, já que eles podem fazê-lo de qualquer lugar.

Segundo o secretário judiciário do TJCE, Valdir Filho, “o processo ainda é possível por meio físico, desde que o fato já tramite na Justiça de forma física, ou ainda as exceções previstas na Portaria, que é o caso de habeas corpus e de ação popular quando não subscritos por advogados.”

Para a advogada Karla Loreny, a virtualização dos processos judiciais é um grande avanço. “Isso faz parte do meu dia a dia. Antes da virtualização, o cliente tinha que juntar uma série de documentos e o advogado gastar muito papel, bem como pegar filas intermináveis só para conseguir protocolar uma petição inicial. Hoje, esse trabalho excessivo, bem como o gasto desnecessário de papel, é dispensado, uma vez que o cliente, do seu próprio computador, pode escanear a documentação necessária e enviar para o advogado”, explica.



“Antes da virtualização, o cliente tinha que juntar uma série de documentos e o advogado gastar muito papel”

Karla Loreny
Advogada

MULTIMÍDIA

Processos que tramitam no Primeiro e Segundo graus podem ser acessados em

<http://www.tjce.jus.br/institucional/consulta-de-processo/>



DICIONÁRIO

Alguns dos recursos mais comuns

→ EMBARGO DE DECLARAÇÃO

Recurso utilizado pelo advogado quando ele entende que há contradição, omissão ou obscuridade na decisão do magistrado.

→ AGRAVO INTERNO| REGIMENTAL

Recurso utilizado por advogado contra decisão monocrática de tribunal com o fim de levar a matéria discutida para ser apreciada por órgão colegiado.

→ AGRAVO DE INSTRUMENTO

Recurso usado, em regra, contra decisões interlocutórias (liminares) nos trâmites do Art. 1015 do Novo Código de Processo Civil.

A PAUTA É: TRANSPARÊNCIA

O Tribunal de Justiça do Ceará instituiu uma Comissão Permanente de Negociação. O grupo é responsável por manter diálogo e intermediar as negociações com os dirigentes dos sindicatos representantes das categorias de servidores

O diálogo é a marca da atual administração do Judiciário cearense. Ainda no início de 2015, logo após assumir a gestão, a presidente do TJCE, desembargadora Iracema Vale, abriu as portas do Palácio da Justiça para ouvir pleitos de magistrados e servidores. Ao perceber a necessidade constante de reuniões, ela decidiu criar a Comissão Permanente de Negociação, que passou a representá-la oficialmente.

O grupo foi instituído no dia 18 de janeiro deste ano, por meio da Portaria nº 51/2016, e é composto por um juiz auxiliar da Presidência, pelo consultor jurídico Nilsiton Aragão e pelos secretários de Finanças, Alex Araújo, e de Gestão de Pessoas, Edilson Baltazar.

“A Comissão não tem finalidade deliberativa. A gente escuta, aprofunda o diálogo, apresenta as versões, amadurece toda a discussão e depois nós levamos as questões para a desembargadora. Normalmente, na hora de finalizar o entendimento, há uma reunião da presidente com o sindicato, já para conclusão”, explica Nilsiton Aragão.

O consultor jurídico ressalta que o fato de a Comissão lidar com o Sindicato dos Oficiais de Justiça do Ceará (Sindojus), o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Ceará (SindJustiça) e com a Associação Cearense de Magistrados (ACM) permite uma visão global dos pedidos apresentados à Presidência.

“O orçamento não consegue comportar tudo o que é solicitado. Quando a gente analisa isoladamente, aparentemente está disponível no orçamento. Mas no momento em que a Comissão analisa o todo, percebe o real impacto”, salienta. Segundo ele, esse panorama geral permite debater melhor com os envolvidos a viabilidade das demandas apresentadas.

A Comissão também dialoga com as instituições que fazem parte do Sistema de Justiça [Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público do Estado e Defensoria Pública Geral do Ceará] e com secretários de Estado. “Não é a finalidade primordial, mas a gente recebe outros interlocutores quando há necessidade”, esclarece Nilsiton Aragão.

As reuniões ocorrem de acordo com as demandas apresentadas pelas categorias e a maior parte dos pleitos tem impacto econômico. Redução da carga horária de trabalho dos servidores, indenização de transporte para oficiais de Justiça, reajuste salarial, equiparação do auxílio alimentação de servidores e magistrados estão entre as pautas debatidas. A Comissão ainda discute com os sindicatos a redação de atos normativos antes de serem publicados no Diário da Justiça.

“Os sindicatos são parte indispensável da gestão porque são interlocutores do que os servidores pensam e necessitam. É impossível gerir sem ter esse diálogo. Além disso, a administração tem o dever da transparência. E a Comissão é uma forma de divulgar como está a execução do orçamento do Tribunal”, finaliza Nilsiton Aragão.

CONQUISTA

O reajuste de 27,3% no valor do auxílio alimentação, congelado desde março de 2013, foi uma das pautas discutidas em reuniões da Comissão Permanente de Negociação. O aumento foi aprovado pelo Órgão Especial do TJCE em sessão realizada no último dia 30 de junho. Também foi definido que haverá equiparação dos auxílios pagos aos servidores ao valor repassado mensalmente aos magistrados. A mudança será gradual, com incremento de 50% no benefício referente ao mês de julho de 2016 e dos outros 50% a partir do mesmo período de 2017.



SUGESTÃO CULTURAL

Conceição Beleza
Servidora da Divisão de Habeas Corpus



LIVRO

O Grande Mentecapto

Livro do escritor Fernando Sabino, o personagem principal é um Dom Quixote que anda por Minas Gerais com a intenção de mudar o mundo. A obra recebeu o prêmio Jabuti e foi adaptada para o cinema e para o teatro. “É um livro muito bom e o autor brinca com o trágico e com o cômico”, destaca Conceição.

Paulo Ponte
Desembargador integrante da 1ª Câmara Cível do TJCE



EXPOSIÇÃO

Coleção Airton Queiroz

A mostra reúne 251 obras da coleção particular do chanceler Airton Queiroz. Traz nomes de artistas plásticos brasileiros e internacionais como Monet, Renoir e Miró. A exposição é dividida entre períodos históricos e movimentos artísticos. A entrada é gratuita e fica aberta ao público até 18/12, na Unifor. O magistrado destaca o bom gosto e a sensibilidade do chanceler pela arte. “Além disso, ele está “socializando a cultura.”

Adísia Sá
Servidora do Departamento de Recurso da 5ª Câmara Cível



FILME

Perfume de mulher

Fala da história de um ex-coronel do exército cego que vai passar um feriado de Ação de Graças em Nova York. O filme mostra situações emocionantes que os ensinam sobre relacionamentos e significados de vida. Para Adísia, o filme chama atenção por conta do amor pela vida que o protagonista tem. “Ele ensina que você não precisa enxergar com os olhos; você pode fazer isso com o sentimento e com o tato.”

Camile Figueredo
Assessora Técnica da Secretaria de Administração do TJCE



LIVRO

Cem anos de solidão

A obra do autor Gabriel García Márquez recebeu prêmio Nobel de Literatura em 1982. Conta a história de uma família que cria um novo povoado e enfrenta questões de comunicação e convivência até o surgimento da sociedade que vivemos hoje. Camile ressalta o que mais lhe chama a atenção: “é a construção da atividade discursiva que cria a humanidade.”





**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**